



## UM ESTRANHO MUNDO NOVO

João de Araujo Ribeiro Dantas

*Tenente-Coronel de Infantaria da Turma de 20 Dez 56, promovido por merecimento ao posto atual em 25 Dez 77.*

*Possui os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, de Direito da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas e de Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC do Rio de Janeiro.*

*Atualmente exerce a função de Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.*

### Os Paradoxos

Qual seria a reação de um lisboeta do início do século, se lhe fosse dado presenciar a chegada a Lisboa de uma luzidia comitiva de socialistas europeus, sequiosos por prestigiarem os correligionários lusos às vésperas das eleições portuguesas? Certamente julgaria uma intromissão inqualificável nos assuntos internos de Portugal, digna das atenções da polícia de estrangeiros.

Acreditamos que o mesmo sentimento de vertigem acometeria um dignitário da Igreja pré-conciliar, ao presenciar a piedosa tolerância com que o Vaticano acompanhou a chacina dos católicos da "falange" pelos muçulmanos esquerdistas na guerra civil do Líbano. Talvez, à época, pudesse o dignitário ler nos jornais algum pronunciamento do Vaticano verberando o procedimento das forças inglesas nos choques de rua sustentados contra os separatistas católicos irlandeses, apoiados pela esquerda.

Na diferença entre essas duas reações, mais perplexo ainda, o dignitário iria surpreender a componente política distorcendo e embaralhando, por razões de estado, a essência dos fatos.

O partido comunista francês boicota a visita de Brezhnev a Paris e entra em choque com o "decadente governo burguês", por este haver, em atenção ao visitante, transferido o depoimento, na TV francesa, dos dissidentes recém-egressos do grande "Gulag" soviético. Por sua vez, Enrico Berlinguer, secretário do PC italiano e o mais famoso dos eurocomunistas, afirma constantemente: "Não quero que a Itália deixe a OTAN. Nossa saída perturbaria o equilíbrio internacional. Sinto-me mais seguro onde estou. O sistema ocidental é menos limitado".

Ascende a 44 bilhões de dólares a dívida contraída pelos países da Cortina de Ferro no Ocidente. Coincidindo com tais créditos, a União Soviética elevou de 141 para 168 o número de suas divisões estacionadas nas fronteiras da Europa Ocidental, aumentou em 40 por cento os seus carros de combate e produziu um número de submarinos quatro vezes superior ao dos Estados Unidos. Os adeptos ocidentais da distensão por intermédio da "pax mercatoria" (os sócios de uma empresa não têm interesse em se hostilizarem, pondo em risco o futuro do empreendimento) parecem ignorar as palavras de Lênine em 1921: "O capitalismo nos dará créditos para o nosso objetivo de implantar o comunismo em outros países. O capitalismo nos fornecerá materiais e tecnologia de que somos carentes e reconstruirá a nossa indústria militar, que nos servirá para os futuros ataques vitoriosos contra os nossos fornecedores".

Já agora, bem poucos anos após o início dessa política de fortalecimento do inimigo, os analistas políticos dão-se conta de que em vez de afastar a hipótese da guerra, talvez a política de créditos fáceis possa aproximá-la. Basta para isso que o Leste Europeu protele os pagamentos ou não reconheça a dívida contraída, para levar à bancarrota o sistema financeiro ocidental — metade do crédito pertence a bancos particulares do Ocidente.

Enquanto isso, é com indiferença que a Comunidade Internacional assiste ao espetáculo dado por antigas potências ocidentais que, empobrecidas, a duras penas e altos juros, buscam créditos internacionais capazes de tirá-las da recessão e da esclerose econômicas.

Mas para desorientar, de uma vez por todas, em assuntos de política internacional, a quem por longo tempo houvesse hibernado, bastaria ler as declarações de Andrew Young, nas quais o representante norte-americano na ONU considera as tropas de Fidel Castro elementos de estabilização política na África, as quais, entre outras obras meritórias, montam guarda em Cabinda às instalações petrolíferas da Gulf, "filha dourada do capitalismo".

De fato, vivemos uma época plena de paradoxos capazes de desafiar a rica imaginação de um escritor de folhetins. Mas o grave nisso tudo é que a agitação da vida moderna atordoa de tal forma o indivíduo que este não se dá conta do quanto o mundo está mudado a seu redor e como ele próprio vem sendo manipulado de forma a aceitar o impensável.

## As Modificações do Pós-Guerra

Acreditamos ter a II Guerra Mundial agido como catalisador dos fenômenos que viriam marcar a nossa época. Com isto queremos dizer que as modificações estavam, de longa data, incubadas na Comunidade Internacional e apenas se beneficiaram da "aceleração da História", induzida pela Guerra.

Até o conflito de 39-45, os europeus foram os atores privilegiados do cenário internacional. Embora o Japão houvesse despontado em 1905 como potên-

cia e os Estados Unidos de longa data espraiassem a sua influência pelo Caribe e o Pacífico, essencialmente a Política Internacional era um feudo europeu.

Desde o último quartel do século passado as potências marítimas europeias haviam consolidado seus impérios coloniais. No centro da Europa, o pan-eslavismo e o pan-germanismo serviram de embasamento ideológico para a aventura da construção de grandes impérios continentais, uma vez que a Alemanha e a Rússia haviam amanhecido tarde para as segas no ultramar.

A Política Internacional era conduzida dentro das regras traçadas pelo pensamento político de Maquiavel, digno filho da Renascença italiana, e o Direito Internacional, uma construção inteiramente europeia, retratava a ótica das potências do Velho Mundo, leoninamente satisfeitas e ávidas por manterem o "status quo".

Estaria a Europa pronta a desempenhar papel secundário na cena internacional, ela que até então a havia dominado?

## A Conferência de São Francisco, os Sonhos e a Ironia dos Fatos

Sobre os destroços da Liga das Nações, as potências aliadas, reunidas na Conferência de São Francisco, pretenderam traçar o ordenamento jurídico que deveria reger o mundo do pós-guerra. Ao contrário do Pacto da Liga das Nações, foram estabelecidos dispositivos que emprestassem poder coercitivo às decisões emanadas do Conselho de Segurança da ONU, núcleo central da nova entidade.

Fruto da angústia da guerra, nascia a ONU, como o organismo destinado a assegurar ao mundo uma era de paz duradoura. Bem cedo, a ironia dos fatos viria desfazer as ilusões. Em junho de 1945, em São Francisco, os representantes dos Estados ignoravam a realidade atômica que assombraria o Universo em agosto do mesmo ano. Por outro lado, a eficácia da ONU repousava em um pressuposto essencial — a continuidade da aliança das potências vitoriosas na guerra — rapidamente desfeita pelo fosso ideológico. Finalmente, das grandes potências com assento permanente no Conselho de Segurança, somente duas justificavam o adjetivo: Estados Unidos e União Soviética.

Chiang-Kai-Shek e o Kuomintang se revelaram incapazes de controlar o poder na China e, quase num passe de mágica, um quarto da Humanidade deslizou para o comunismo, alterando profundamente o equilíbrio de forças na Ásia. Quanto às duas potências europeias, França e Inglaterra, estavam exaustas pelo esforço de guerra. Pode-se dizer que o Eurocentrismo (a Europa, como centro das decisões em Política Internacional) estava com os dias contados.

## A Descolonização

As duas guerras mundiais, que tiveram na Europa as suas origens, reduziram-na a escombros. Arruinadas financeira e moralmente, as potências europeias

sentiram que não teriam condições de manter os impérios coloniais por mais tempo. Por bem ou por mal, a herança colonial dissipou-se; as potências que ainda guardavam resquícios da passada riqueza optaram pelo neocolonialismo, estabelecendo laços econômico-financeiros com os novos Estados, procurando tutelar os passos das antigas colônias.

As metrópoles pobres se agarraram à contraguerrilha no afã de manterem as conquistas quinhentistas. Inútil; remavam contra a maré.

Se, em 1939, o mundo contava somente com 50 Estados soberanos, na atualidade eles são cerca de 170. Isto importa dizer que a maioria dos Estados é de independência recente. Alguns possuem antiga e rica cultura nacional envilecida pelo contato com o colonizador. Nenhum deles tem, contudo, a menor responsabilidade na elaboração das regras e leis que informaram a Política e o Direito Internacionais. Se não foram responsáveis, não têm porque serem solidários; não são Estados satisfeitos, não buscam manter o "status quo".

Ao paralisar o Conselho de Segurança, a luta ideológica deslocou para a Assembléia Geral a discussão quanto a assuntos vitais para a Comunidade Internacional.

Atuando em bloco, os novos Estados impõem a chamada ditadura da maioria na Assembléia Geral da ONU e fazem daquele organismo um foro privilegiado para o debate dos problemas que consideram relevantes, importando na criação de mais um paradoxo: a ONU, entidade supranacional, criação das grandes potências vencedoras da II Guerra Mundial, não é, hoje em dia, um instrumento de seus criadores. Não há paralelismo entre o poder real das grandes potências e o poder político emanado das decisões da Assembléia Geral.

## O Novo Relacionamento Internacional

A internacionalização dos problemas é a regra. A crise do petróleo expôs cruamente a imperfeita distribuição da riqueza no mundo e logo surgiram teses propondo que as Nações Unidas avocassem a si a gerência dos recursos escassos do planeta. O fato da crise ter sido contornada não significa que a lição deva ser esquecida. Nada impede que, amanhã, outras teses internacionalistas surjam, talvez disfarçadas de mero interesse ecológico — "a preservação da Amazônia, fonte de oxigênio da Terra" ou "última reserva de água acessível ao Homem" — teses, que de tanto serem ventiladas e discutidas, podem vir a ganhar foros de legitimidade através da caixa de ressonância das Nações Unidas. Afinal, na essência, não seria uma novidade. Bem poucos são os aspectos, outrora pertinentes exclusivamente aos Estados, que hoje em dia não sejam objetos de algum organismo específico da ONU: Alimentação e Agricultura — FAO; Justiça — CIJ; Finanças — FMI; Trabalho — OIT etc.

O exemplo da ONU frutificou na proliferação de Organismos Regionais que vieram a se constituir em escalões intermediários entre os Estados, agrupando-os

segundo interesses econômicos, militares ou ideológicos. Tão forte foi a pressão para o agrupamento internacional que, à falta de pontos comuns mais prontamente identificáveis, apelaram para critérios culturais como a negritude e o arabismo.

Onde a influência da ONU manifestou-se, claramente, foi no relacionamento diplomático que do bilateralismo clássico encaminhou-se para a diplomacia coletiva, da diplomacia secreta para a diplomacia de praça pública.

Quem se abalancar a realizar o inventário das realizações da ONU verificará que o saldo é favorável. Apesar de não ter conseguido atingir o seu objetivo básico — pôr fim à insegurança coletiva — a ONU apresenta um rol de realizações positivas que a tornam merecedora dos respetos da Humanidade. Se mais não fez, mais não pode. Vista com olhos realistas, passados trinta e dois anos de sua criação, a ONU foi um organismo nascido perfeito para regular a realidade de antes da guerra — o Ontem; o Hoje, sob o ponto de vista militar, é um mundo bipolar e o Amanhã acena com o espectro do desaparecimento da Humanidade por sua própria obra e graça.

## A Miniaturização do Globo

É difícil fugir do lugar-comum da "Adeia Global" mas é preciso reconhecer que somos hoje "vizinhos de nossos antípodas".

Ao cair da tarde de mais um dia de trabalho, o pacato chefe de família, ao virar o dial de seu televisor, receberá pelo vídeo o resumo dos acontecimentos mundiais das últimas vinte e quatro horas e forçosamente será influenciado por ele.

Às vésperas de uma manifestação estudantil no "campus" da PUC, o universitário brasileiro talvez assista na TV os protestos estudantis no Japão contra a construção de um aeroporto supersônico. Verá as formações esquerdistas desenvolvendo a típica "dança da serpente". Seria impossível pretender que a demonstração não calasse fundo em sua mente.

Há poucos anos, no auge da Guerra do Vietnam, qual a mãe de família que não sentiria um choque no ventre, ante a imagem do sofrimento de jovens soldados batidos na luta?

Os modernos meios de comunicação tornam todos os homens espectadores do cotidiano universal e, o mais importante, geram solidariedades automáticas.

Todos temos necessidades básicas de informações e para isso existem as grandes cadeias internacionais de jornalismo que saciam a sede de uma humanidade inquieta. O que ninguém interroga é o que se passa na mente dos homens que dirigem e manipulam as cadeias de informações que, afinal, moldam o pensamento de milhões de criaturas, abstraindo fronteiras geográficas e políticas.

## O Desafio aos Estados — Nações

Quando o general De Gaulle, exilado em Londres, incitava os franceses a resistir aos ditames de Vichy, punha em causa a legitimidade do governo nascido do armistício. Presentia o grande líder que a nação francesa podia estar submissa, mas não exprimia consenso para com a política colaboracionista de seus governantes. Muitos anos depois, ao visitar o Canadá e acenar aos franco-canadenses com o grito de "viva Quebec livre", a intenção do general era a mesma: buscar o divórcio entre governantes e governados.

Tornou-se coisa comum, de todos os dias e de todas as horas, o fato de um estadista ou político dirigir-se a um povo que não o seu próprio, ignorando governo e fronteiras. Contudo, os modernos não inovam; já na Idade Média assim procediam os Papas que, ao excomungarem os reis, automaticamente desligavam os súditos do dever de obediência aos soberanos, cortando-lhes o fluxo da legitimidade.

Mais recentemente Lênine, ao proclamar a Rússia "pátria do proletariado universal", pôs em risco a estabilidade dos Estados-Nações, ao acenar com a lealdade segundo a classe social do indivíduo.

Se, antes de 39, o partido comunista era a exceção, o pós-guerra assistiu à febre da internacionalização dos partidos. A política interna deixou de ser assunto estritamente reservado aos nacionais do Estado. Por isso Willy Brandt, líder social-democrata alemão, participa dos comícios do partido socialista português em apoio a Mario Soares da mesma forma que este vai a Roma prestigiar o candidato socialista italiano.

Não somente os partidos políticos se internacionalizaram. Existem associações internacionais de médicos, jornalistas, juristas etc., de tal forma que o cidadão se vê requestado ao mesmo tempo por diferentes pólos exteriores de atração, surgindo uma verdadeira crise de lealdade. Como deve proceder, digamos, ante uma determinada questão importante, um portuário do Havre? Deve obediência às diretrizes do governo francês, mas sendo católico não pode se furtar à influência da doutrina social da Igreja; sindicalizado, deve obedecer às determinações políticas do seu sindicato usualmente teleguiado do estrangeiro. A quem ser leal? Ao governo? À Igreja? Ao sindicato? Ao partido?

É fácil compreender o dilema em que se debaterá o portuário mas reconhecemos bem mais grave o cerco imposto ao Estado-Nação.

São finalidades clássicas do Estado garantir Segurança, Bem-Estar e Justiça à Comunidade.

Qual o Estado-Nação que pode dizer em sã consciência, em nossos dias, que prescindir de alianças e ligações externas para proporcionar segurança a seu povo?

Existiria um Estado capaz de produzir todo o armamento moderno indispensável à sua defesa, auto-suficiente em petróleo e outras matérias-primas essenciais ao esforço bélico, sem que precisasse alçar os olhos além fronteiras? Há os que

necessitam mais que os outros, mas todos dependem da cooperação externa. Tama-  
nha é a dependência que, segundo a imprensa, os tanques "Centurion" das unida-  
des inglesas da OTAN utilizam componentes fabricados por trás da Cortina de Ferro.

As decisões da OPEP, elevando os preços do petróleo, podem significar a  
frustração do desenvolvimento das economias nacionais e a recessão e miséria nos  
diversos quadrantes do globo. O fenômeno da industrialização importou em que o  
território ocupado pela nação não lhe proporcione as matérias-primas exigidas pelas  
suas manufaturas, nem a população nacional assegura mercado suficiente para  
consumir a produção. A prosperidade dos povos tornou-se interdependente. A proli-  
feração das empresas multinacionais, que globalizam os mercados e o acesso às  
matérias-primas, é a exteriorização da realidade maior — a economia em escala  
mundial.

Há não muito tempo, o governo americano não conseguiu efetivar o embar-  
go comercial a Cuba. As matrizes americanas das grandes companhias não pude-  
ram se furtar à decisão do governo, mas as subsidiárias canadenses e argentinas  
furaram o bloqueio. Rangendo os dentes, a Ford curvou-se ante o veto da Casa  
Branca — influenciada pelo Pentágono — de instalar uma fábrica de caminhões  
pesados na Rússia, negócio afinal concretizado pela Fiat. Se isto acontece com uma  
superpotência, pátria-mãe da maioria das multinacionais, o que dizer dos demais  
Estados?

Todos os governos se encontram sob o fogo cruzado das exigências de vida  
das grandes massas populacionais. A chamada "revolução das expectativas cres-  
centes" põe em xeque a capacidade do Estado em responder aos reclamos do povo  
por melhores condições de vida; todos desejam o paraíso aqui e hoje, e o milagre da  
multiplicação dos pães ainda não se vulgarizou.

Nenhum Estado-Nação, contando somente com suas forças, tem condições  
de acompanhar o vertiginoso desenvolvimento tecnológico, intimamente relaciona-  
do com o bem-estar das massas — ideal constantemente apontado pelas socieda-  
des de consumo — e, como uma miragem, sempre distante do gênero humano.

Ministrar a Justiça é condição de sobrevivência de uma comunidade. A  
facilidade de transporte na era do jato e a sofisticação do crime organizado importa-  
riam na impunidade, caso não houvesse solidariedade internacional. O tráfico de  
entorpecentes, as defraudações, o seqüestro de aeronaves e o terrorismo são desa-  
fios lançados a justiça dos Estados-Nacionais, impotentes individualmente de colbi-  
sem o apoio da comunidade internacional.

Por força dos fatos aqui superficialmente tratados é que pensadores polít-  
cos apontam o Estado-Nação como uma instituição em crise. Uns consideram que a  
inssegurança coletiva indica a necessidade do surgimento do Estado Universal cujo  
embrião do governo já existe — a ONU.

Outros pensadores, menos ambiciosos, julgam pertencer o futuro aos Esta-  
dos-Regiões.

São atraídos, no caso pelo exemplo da Comunidade Européia em formação, com as discussões atuais quanto às eleições para o Parlamento Europeu.

São tantos os problemas em suspenso e tantas são as diferenças existentes entre os Estados do Velho Mundo, que parece ainda muito distante o dia de uma Europa efetivamente integrada.

### Potências Emergentes — O Caso Brasileiro

Os estudos de diversos autores destacam a existência no mundo atual de apenas duas superpotências — Estados Unidos e União Soviética — e colocam o Brasil entre as nações aspirantes a potências mundiais, na companhia da China, Índia, Japão, Canadá, México, Argentina, África do Sul, Austrália e a Comunidade da Europa Ocidental.

Os estudos levam em conta a extensão territorial, riquezas naturais, população, capacidade industrial, tecnológica e científica e coesão social.

Por outro lado, optamos em nossa terra por construir e preservar uma sociedade aberta e, em conseqüência, não poderemos ficar à margem da realidade global.

As características atuais da comunidade internacional não são propícias ao surgimento de novas potências. Ao contrário, qualquer projeto nacional rotulado clara ou disfarçadamente de "construção de potência" sofrerá, sem dúvida, pressões internacionais para o tornar inexecutável. Prontamente despertará suspeições hegemônicas entre os vizinhos, de tal forma que velhos problemas arquivados voltarão à pauta das relações entre Estados.

A imprensa internacional se encarregará de agravar os fatos, contabilizando o balanço das divergências entre os países em causa, e esmaecendo os pontos de convergências.

As duas superpotências, por outro lado, não vêem com bons olhos a ascensão à potência por parte de qualquer Estado. Elas sempre se revelam muito ciosas em manter o "status quo" e em assegurar as respectivas áreas de influência. Não desconhecem que a fase das alianças automáticas é coisa do passado. Todo e qualquer Estado tem os seus próprios interesses nacionais e a eles subordina, no possível, a ação diplomática que venha a desempenhar. A bem da verdade, não há nada de novo nesta atitude. O maior exemplo é dado pelas próprias superpotências, que somente consideram pertinentes às reuniões SALT os armamentos modernos que, por seus alcances, tenham condições de pôr em risco mortal os territórios russo e norte-americano. Para eles o resto do mundo pertence a um segundo plano.

Neste modo de ver, inscrevem-se com naturalidade as fortes objeções norte-americanas ao acordo nuclear germano-brasileiro.

Temos com os Estados Unidos um acervo de colaboração que remonta há mais de um século, estreitada, particularmente, por ocasião da Segunda Guerra. Os nossos antigos aliados não desconhecem o nosso entranhado senso pacifista e da



mesma forma não ignoram as nossas deficiências energéticas. Os temores de proliferação nuclear podem ser altissonantes mas não escondem a essência dos fatos: um Brasil capaz de assegurar a energia necessária a seu desenvolvimento será um Estado com a carta de alforria nas mãos, capaz de ocupar por seus méritos e realizações um lugar de projeção na comunidade internacional.

Nós, brasileiros, precisamos estar côncios dos obstáculos interpostos na longa travessia que teremos de percorrer em busca do desenvolvimento. Precisamos ser realistas para identificar as forças dissociativas que buscarão afetar a nossa vontade nacional. Elas são características do estranho mundo novo que a História extralou dos escombros da guerra.

Temos certeza, contudo, que atingiremos o nosso objetivo desde que preservemos nossa coesão nacional. Ela será preservada na medida em que o Estado conservar-se voltado para o Bem-Comum. Intuir o Bem-Comum e persegui-lo é a missão, o fardo e a glória do Estadista.